



RioDoce

Revista da Bacia do

2016 > nº2 >

ODOCE

NÃO MORREU

OS COMITÊS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE
LUTAM PELA RECUPERAÇÃO DO NOSSO RIO!



Comitês enfrentam
novos desafios com a
tragédia de Mariana/MG

RioDoce

Publicação institucional dos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce

IBIO-AGB Doce

Ricardo Alcântara Valory – Diretor-geral

Fabiano Henrique da Silva Alves – Diretor técnico

CBHs

Leonardo Deptulski – Presidente do CBH-Doce

Carlos Eduardo Silva – Presidente do CBH-Piranga

Flamínio Guerra Guimarães – Presidente do CBH-Piracicaba

Felipe Benício Pedro – Presidente do CBH-Santo Antônio

William Vagner Matos Cardoso – Presidente do CBH-Suaçuí

Ronevon Huebra da Silva – Presidente do CBH-Caratinga

Senisi de Almeida Rocha – Presidente do CBH-Manhuaçu

Ana Paula Alves Bissoli – Presidente do CBH-Guandu

Olindo Antônio Demoner – Presidente do CBH-Santa Maria do Doce

Celeste Martins Stoco – Presidente do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce

Dolores Fátima Colle – Presidente do CBH-Barra Seca e Foz do Rio Doce

APOIO

Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social:

Hélio Macedo de Queiroz, Marcelo Moreira da Silva, Felipe Dutra

Brandão, Pierre Cavalcante Costa, Gilse Olinda Moreira, Iusifith Chafith

Felipe, Marília Pelegrini, Vagner Sebastião Nandorf, Jean Carlos Daré,

Senisi de Almeida Rocha, Calos Fonseca, Luciane Teixeira Martins,

Carlos Eduardo Silva

Coordenação editorial: Juliana Vilela Pinto

Produção: Prefácio Comunicação

Rua Dr. Sette Câmara, 75, Luxemburgo – Belo Horizonte/MG

(31) 3292-8660 | prefacio@prefacio.com.br

www.prefacio.com.br

Foto capa: Ney Murtha e Ricardo Caldeira

Redação:

Isabela Lobo (MG 15.763)

Fabiana Conrado (MG 19.930)

Samuel Martins

Edição: Alexandre Magalhães (MG 4.513) e Beatriz Debien

Projeto gráfico e diagramação: Tércio Lemos

Revisão: Luciara Oliveira

Jornalistas responsáveis: Ana Luiz Purri (MG 5.523) e

Débora Santana (MG 12.717)



Você acaba de receber a segunda edição da Revista Rio Doce, publicação anual dos comitês que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Ela tem a finalidade de divulgar o papel do colegiado, que atua, há mais de uma década, pela melhoria da qualidade e da quantidade de água da Bacia. Essa edição vem repleta de significado, na medida em que a luta em prol do Rio Doce ganhou ainda mais força desde o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG, que contaminou o rio em toda a sua extensão. Este, inclusive, é o tema de nossa matéria de capa, que propõe caminhos para a recuperação do manancial, além de alternativas para a destinação de rejeitos, ao mesmo tempo em que traça um panorama dos impactos do desastre.

Aqui você também vai conhecer os programas desenvolvidos pelos comitês e ficar informado sobre o início da cobrança pelo uso da água no Espírito Santo e o processo de ampliação de nossa atuação na porção capixaba da Bacia. Por fim, em uma entrevista exclusiva, o governador do Estado do Espírito Santo, Paulo Hartung, fala sobre os entraves e as propostas de ação para uma gestão eficiente dos recursos hídricos no território.

A Revista Rio Doce é feita especialmente para você.

Boa leitura!



O Doce não morreu
pág. 6

Gestão eficiente de
recursos hídricos contribui
para reduzir perdas
pág. 12

Juntos por um mesmo
objetivo
pág. 13

Parceria em prol do
meio ambiente
pág. 14

Mobilizando esforços
pág. 15

Tratamento de esgoto traz
qualidade de vida
pág. 16

Vida que brota do chão
pág. 17

Quanto vale a água?
pág. 18

Um passo à frente
pág. 19

Um ano de avanços
pág. 20

Novo aliado
pág. 21

Para conhecer a Bacia
do Rio Doce
pág. 22

Entrevista:
Paulo Hartung
pág. 24

Fortalecendo a
gestão das águas
pág. 26

O Doce não morreu

- Relembrando a tragédia
- Comitês em ação
- Implicações legais
- O que o homem destrói, o conhecimento recupera
- Reutilização dos rejeitos
- Impactos na ictiofauna
- Ações da Samarco

06

Comitês
em ação!
Confira as
práticas que
estão sendo
realizadas em
toda a Bacia.

12



CBH-Barra Seca e Foz do Rio Doce



Ney Murtha



Marcos Amênd

Dez cantos da
Bacia que merecem
ser conhecidos.
Aproveite!

págs.>22|23

Fortalecendo a
Gestão das águas
pág.>26

“Contamos com
os comitês”
Entrevista com
o Governador do
Espírito Santo,
Paulo Hartung

24



Thiago Guimarães - Sescor

O Doce não morreu

Mesmo sofrendo as consequências de uma tragédia sem precedentes, cuja destruição se mostra imensurável, comitês se lançam ao desafio de recuperar o manancial e iniciam uma nova fase de trabalho integrado à sociedade

“O Comitê quer motivar, democratizar, difundir e ampliar esse diálogo, aprofundar esse assunto e estendê-lo à sociedade”

Leonardo Deptulski,
presidente do CBH-Doce



Responsável pelo abastecimento de cidades mineiras e capixabas, que juntas ultrapassam a marca de 500 mil habitantes, o Rio Doce amarga as consequências de uma tragédia que voltou os olhares de toda a sociedade para um assunto antes pouco discutido: o armazenamento de resíduos da extração de minério em barragens de rejeitos. Considerado a maior tragédia ambiental em 100 anos, o rompimento da barragem de Fundão, da empresa Samarco, em 5 de novembro de 2015, alterou o rumo da vida de moradores da região de Mariana/MG e contaminou o Rio Doce – principal manancial da Bacia que leva o mesmo nome –, em toda a sua extensão, resultando em um desastre de proporções imensuráveis.

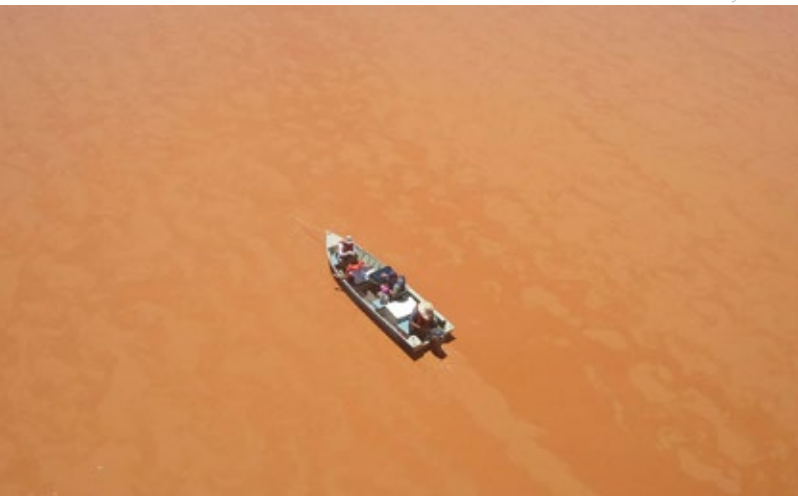
Atentos aos reflexos da contaminação do curso d'água, representantes dos comitês que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Doce acompanham de perto os desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão desde o ocorrido. O foco foi monitorar os efeitos imediatos, articular junto às autoridades competentes ações de mitigação e replanejar a recuperação da Bacia, potencializando programas já desenvolvidos há mais de uma década.

Segundo o presidente do CBH-Doce, Leonardo Deptulski, o colegiado está motivado a trabalhar de forma mais ágil na restauração do Rio Doce. “Como o CBH é formado pelos três segmentos, é preciso fazer com que esse debate sobre os danos, atendimento à população, reparação e compensação venha para as comunidades e que não esteja restrito aos círculos técnicos de governos e secretarias ambientais. O Comitê quer motivar, democratizar, difundir e ampliar esse diálogo, aprofundar esse assunto e estendê-lo à sociedade”, enfatizou.

COMITÊS EM AÇÃO

Tendo como principal atribuição o papel de articular setores em prol da melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos, os Comitês da Bacia do Rio Doce, preocupados

Ney Murtha



Lourenço - Sescm/ES

“É necessário que haja uma reavaliação profunda das práticas dos empreendimentos de risco e da atuação dos órgãos ambientais licenciadores e fiscalizadores”

*Leonardo Castro Maia,
promotor*

em agir de forma proporcional às dimensões da tragédia, trouxeram autoridades e órgãos competentes para debater ações imediatas e os efeitos resultantes da tragédia que marcou o país. “O Comitê será fundamental quando iniciarem as ações de reparação, dada sua atuação na articulação dos diversos atores sociais voltada à preservação e recuperação da Bacia”, destacaram representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Minas Gerais, que está consolidando um relatório com o levantamento dos danos e sugestões de medidas corretivas e restauradoras a serem executadas para a recuperação dos municípios atingidos pelo desastre e da Bacia do Rio Doce.

Representantes de instituições como Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Ministério Público, governos de Minas Gerais e Espírito Santo, empresas prestadoras de serviços de abastecimento de água e da Samarco foram convidados a participar de discussões, a fim de sanar questões emergenciais, como o fornecimento de água potável e a normalização do abastecimento às populações que vivem às margens do Rio Doce, e com o objetivo de propor ações de médio e longo prazos para a recuperação do manancial contaminado. Também foram realizadas visitas às regiões mais afetadas pelo rompimento, visando subsidiar diálogos técnicos acerca da tragédia e direcionar os trabalhos desenvolvidos na porção hidrográfica.

IMPLICAÇÕES LEGAIS

O promotor de Justiça e coordenador regional das Promotorias de Justiça de Meio Ambiente da Bacia do Rio Doce, Leonardo Castro Maia, explica que o Ministério Público atua de forma a garantir que a lei brasileira seja aplicada com o máximo rigor, por meio da apuração dos fatos e das responsabilidades, a fim de que as pessoas físicas ou jurídicas envolvidas no episódio possam ser obrigadas a reparar os danos, além de receber as respectivas sanções penais.

“Como não se pode perder de vista os diversos prejuízos, a exemplo das vidas destruídas pela passagem da lama, fatos irremediavelmente consumados para os quais não há meios de reparação à altura, também é necessário que haja uma reavaliação profunda das práticas dos empreendimentos de risco e da atuação dos órgãos ambientais licenciadores e fiscalizadores”, destaca Maia.

O presidente do CBH-Doce reforça que “o que se espera é que as autoridades sejam rigorosas na exigência do cumprimento da lei. Houve um crime ambiental, e a reparação precisa acontecer, já que o pior cenário seria o de impunidade, principalmente no que diz respeito ao reparo dos danos causados”, diz.

O QUE O HOMEM DESTRÓI, O CONHECIMENTO RECUPERA

O rompimento da barragem de Fundão, segundo o engenheiro agrônomo e docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) Alexandre Sylvio, agravou a situação da Bacia do Rio Doce, que já apresentava profundos problemas ambientais, como poluição, desmatamento e erosão. Apesar dos prejuízos incalculáveis causados pelo episódio, Sylvio se diz confiante na recuperação da Bacia, por meio da conjunção de esforços.

“Assim como o homem é o grande responsável pela destruição do meio ambiente, ele também é capaz de recuperá-lo com conhecimento e tecnologia. Porém, esbarramos em um problema que limita tudo: a falta de recursos financeiros”, ressalta.

Para o especialista, além de se investir na recuperação da Bacia, é preciso atuar de forma pontual na contenção dos resíduos oriundos da barragem rompida. “Acredito que a recomposição da paisagem local seja o processo mais viável. Esse material é rico em sílica, ferro, alumínio e manganês – elementos que compõem a base de formação dos solos. Como eles estão sem qualquer estruturação, no período seco irão se solidificar, ficando como uma rocha, e retornarão ao estado fluido com as chuvas, em um ciclo contínuo.

“Com a formação de uma vegetação sobre os rejeitos, as plantas e seus sistemas radiculares irão estabelecer um novo equilíbrio, estabilizando o material e tornando-o verdadeiramente um solo. A partir desse trabalho de contenção das partículas de rejeitos e a possível eliminação do seu carreamento pelas águas, será possível iniciar o processo de recuperação do Rio Gualaxo, do Rio do Carmo e, na sequência, do Rio Doce.”

BARRAGENS DE REJEITOS



SOL: rejeito sólido



CHUVA: rejeito em estado fluido, sendo carreado ao longo do rio



ALTERNATIVA

Rejeito com árvores plantadas e raízes dando sustentação ao material, impedindo o seu carreamento ao longo do curso d'água

REUTILIZAÇÃO DOS REJEITOS

Por entender a importância de propor destinações e soluções alternativas ao resíduo da extração do minério, hoje armazenado em grandes barragens de rejeitos em todo o país, pesquisadores da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) desenvolveram um estudo apontando formas de reutilização do material.

Segundo o coordenador do Laboratório de Materiais de Construção Civil do Departamento de Engenharia Civil da UFOP, Ricardo Fiorotti, o resíduo pode ser aplicado em matrizes de cimento e utilizado para a produção de materiais destinados à construção civil, como blocos para alvenaria e pavimentação, infraestrutura de vias e rodovias e revestimentos, com qualidade idêntica à dos materiais naturais. “Se processado de forma adequada, o minério de ferro pode ser recuperado e reconduzido para a atividade mineradora, além de se obter areia e argila de boa qualidade”, explica.

Fiorotti ainda garante que o rejeito também pode ser aproveitado na construção de infraestrutura para vias e rodovias, produção de tijolos ecológicos, placas cerâmicas de revestimento, ladrilhos hidráulicos e outros artefatos da construção civil à base de argila ou areia. Apesar de ter sido apresentada a grandes mineradoras, a pesquisa ainda não despertou o interesse das empresas.

IMPACTOS NA ICTIOFAUNA

Severamente impactada pela contaminação do Rio Doce em função do rompimento da barragem da empresa Samarco, a população de seres vivos do manancial sofre com a presença da lama no curso d’água. Para o professor do Departamento de Biologia Animal da Universidade Federal de Viçosa (UFV) Jorge Dergam, como resultado da tragédia poderá ser observada a perda da diversidade genética em longo prazo, mortandade do ecossistema do estuário, perda ou degradação do habitat de determinados indivíduos e a provável extinção de algumas espécies de peixes.

Jorge explica que a esperança são os locais que não foram atingidos pelo desastre, sendo os afluentes menores os responsáveis pela exportação de matéria e energia para a calha do Rio Doce. “Nesse contexto, o Rio Piranga e os demais afluentes serão fornecedores de vida para o Doce”, pontuou.

Dergan disse que algumas medidas podem ser tomadas para auxiliar na recuperação do rio, como o controle da pesca predatória, a melhoria da qualidade da água, a recuperação de nascentes e matas ciliares, a realização de estudos de fauna e peixes e a elaboração de programas de educação ambiental, sendo a participação de todos os segmentos essencial no processo. “O direito de termos um ambiente ecologicamente estruturado é garantido pela Constituição Federal”, salientou.

AÇÕES DA SAMARCO

A empresa Samarco, que não respondeu às perguntas da Revista Rio Doce, afirma, em dossiê disponibilizado na internet, que, logo após o acidente, em conjunto com Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e autoridades locais, executou todas as ações previstas em seu Plano de Ação Emergencial de Barragens – documento validado por órgãos competentes.

Ainda segundo a empresa, foram adotadas medidas preventivas adicionais de segurança, como instalação de sirenes, localização de pontos de encontro e monitoramento on-line 24 horas por meio de câmeras, telões, drones, radares, inspeções de campo e acompanhamento visual das barragens. Segundo o documento, todas possuem Licenças de Operação concedidas pela Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Supram). A última inspeção foi realizada por uma empresa de consultoria em geotecnia, contratada pela Samarco, em julho de 2015, e cujos laudos foram entregues aos órgãos competentes em setembro, atestando que as barragens encontravam-se em condições seguras para operação.

Segundo dados da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), no Brasil existem:

663

barragens de rejeitos de minério

16

consideradas inseguras, sendo uma delas localizada em Ouro Preto, inserida na Bacia do Rio Doce

BENTO RODRIGUES
SAUDADES

Gestão eficiente contribui para reduzir perdas

Bacia do Piranga concentra exemplos de sucesso no combate ao desperdício



CBH-Piranga

Um dos pontos de maior fragilidade dos sistemas de abastecimento público, as perdas de água na distribuição são responsáveis pelo desperdício de cerca de 5 bilhões de metros cúbicos do líquido por ano em todo o país, segundo o Instituto Trata Brasil. Os números mais recentes, divulgados em 2013, indicam perdas na distribuição total de até 37%, percentual ainda distante dos 15% considerados aceitáveis.

Para combater o desperdício e melhorar a qualidade do serviço prestado à população, operadoras de serviço de saneamento de municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga têm investido em programas de controle e redução de perdas. “Essas experiências podem ajudar, e muito, na diminuição dos impactos resultantes do período de estiagem, que se mostra cada vez mais rigoroso”, afirma Carlos Eduardo Silva, presidente do CBH-Piranga.

Em Viçosa foram registradas quedas significativas nos índices de perda de água desde a implantação do programa Com + Água, em 2007. A iniciativa, que visa ao gerenciamento integrado e participa-

tivo do controle e da redução das perdas de água e do uso de energia elétrica, possibilitou reduzir o desperdício de 35% para 15% em alguns pontos. “O programa nos possibilitou amenizar um problema nacional, antes mesmo de o município ser afetado pela crise hídrica. Diminuir perdas para padrões aceitáveis deve ser um objetivo diário do gestor público dos recursos hídricos”, diz Sânzio Borges, engenheiro civil e sanitário do SAAE de Viçosa.

A experiência de Ponte Nova, idealizada pelo Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento (DMAES) e implantada em 2013, já alcançou índices de perda na distribuição menores que 20% – inferiores, portanto, às médias estadual (34%) e federal (37%). “Em julho de 2013 o município apresentava 50% de perda de faturamento. Com o Programa de Redução de Perdas avançamos muito. Agora o objetivo é diminuir ainda mais esse índice, que em fevereiro do ano passado chegou a 19,5%”, ressalta o diretor-geral do DMAES, Guilherme Resende Tavares. A iniciativa foi reconhecida pela Associação Mineira de Municípios, em 2015, o que rendeu ao órgão o Prêmio Mineiro de Boas Práticas na Gestão Municipal na categoria “Gestão Ambiental”.

O volume total da água não faturada por ano (6,52 bilhões de m³) é equivalente a:

- 6,5 vezes a capacidade do Sistema Cantareira (1 bilhão de m³)
- 7.154 piscinas olímpicas perdidas por dia
- 17,8 milhões de caixas-d’água de 1.000 litros perdidas por dia

Juntos por um mesmo objetivo

União de esforços entre CBH-Piracicaba, prefeitura e SAAE de Itabira pode ser um modelo de solução para recuperação do Ribeirão Candidópolis

Responsável por mais da metade da água destinada ao abastecimento público do município de Itabira/MG, o Ribeirão Candidópolis despertou a atenção de especialistas e da comunidade que reside no entorno da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba. Atentos ao assoreamento e à erosão – problemas comuns na região, além do desmatamento de topos de morro e da falta de proteção às nascentes –, representantes de CBH-Piracicaba, IBIO-AGB Doce, Prefeitura de Itabira e Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) pretendem unir forças em favor do ribeirão. Um trabalho de articulação está sendo desenvolvido com o intuito de associar os programas Produtor de Água, Mãe D’água e Preservar Para Não Secar, na expectativa de recuperar o curso d’água.

PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA

Escolhido como piloto para implantação do Programa Produtor de Água (P24) do CBH-Piracicaba, o Ribeirão Candidópolis foi objeto de um estudo que detalhou os impactos antrópicos, sociais e econômicos que afetam a porção hidrográfica. “Estão previstos investimentos de R\$ 2 milhões em ações propostas no diagnóstico, que envolvem recuperação de nascentes, preservação da vegetação de topo de morro, controle de assoreamento, entre outras atividades”, afirma o 1º secretário do CBH, Jorge Martins Borges.

PRESERVAR PARA NÃO SECAR

O programa tem entre suas ações a implantação de fossas sépticas, o cercamento de nascentes e a elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Os 100 produtores participantes chegam a receber entre R\$ 2.500 e R\$ 12 mil, anualmente. Em contrapartida, se tornam responsáveis pela realização das intervenções previstas no programa.



CBH-Piracicaba

MÃE D’ÁGUA

Implantado em 2006 pelo SAAE de Itabira, o Programa Mãe D’água visa à revitalização da área do manancial do Ribeirão Candidópolis por meio de ações como isolamento de nascentes, recomposição da mata ciliar, instalação de fossas sépticas, controle de erosão do solo, entre outras. A avaliação do impacto das ações é acompanhada periodicamente por meio de análises de água coletada no manancial.

PARCERIA

O Ribeirão Candidópolis só terá a ganhar com a parceria entre CBH-Piracicaba, IBIO-AGB Doce, Prefeitura de Itabira e SAAE, caso venha a ser concretizada. De acordo com o diretor-presidente do SAAE de Itabira, Jacir Primo, “os três projetos têm os mesmos princípios e objetivos: melhorar as condições ambientais e a qualidade de vida dos moradores. Então, em vez de canalizar esforços e investimentos distintos para cada um, é mais interessante juntar tudo em um projeto só”. Já a diretora de Recursos Hídricos da Prefeitura de Itabira, Simone Magalhães, destaca que “as ações não produzirão resultados imediatos, mas trarão melhorias significativas”.

Parceria em prol do meio ambiente

Parque do Intelecto é uma importante área de preservação do município de Itabira



CBH-Santo Antônio

Quem passa por Itabira/MG logo se lembra do seu filho mais ilustre: Carlos Drummond de Andrade. O que muitos talvez desconheçam é que o município é rico em áreas verdes. O Parque Natural Municipal do Intelecto, localizado na região central, por exemplo, abriga inúmeras nascentes, uma rica fauna e, principalmente, exemplares da flora da Mata Atlântica, o que contribui para a conservação da biodiversidade local e para ampliar as alternativas de lazer na região.

É por esse motivo que o CBH-Santo Antônio tem sua sede no Parque do Intelecto, onde conta com toda a infraestrutura necessária para seu funcionamento. Desde sua criação, em 2002, o comitê firmou essa parceria com a Prefeitura de Itabira, que disponibiliza, além do espaço físico, auditório para a realização de reuniões plenárias

do colegiado e de suas câmaras técnicas, quando os participantes do comitê debatem sobre as necessidades para manutenção do rio e definem as ações que serão realizadas (inclusive implantação de programas).

ORGULHO

Além de ceder o espaço físico para funcionamento do CBH-Santo Antônio, a Prefeitura de Itabira contribui com parte das despesas, como água, luz e telefone.

Para o presidente do comitê, Felipe Benicio Pedro, o suporte dado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente tem sido fundamental para dar continuidade aos trabalhos. “Tenho orgulho de dizer que esse é o único Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce que tem uma sede localizada dentro de um parque natural de preservação. Sem contar o fato de que aqui temos todo o suporte necessário para levar adiante o trabalho”, diz Felipe.

CURIOSIDADES

Muita gente questiona o nome dado ao Parque do Intelecto. Segundo moradores, trata-se de uma homenagem a um antigo morador da cidade, cujo apelido era Intelecto, que durante muitos anos cuidou da área onde hoje se situa o parque. Para quem gosta de flores, a área conta com um atrativo a mais: um orquidário que abriga diversas espécies de plantas nativas, como a orquídea “Itabirana”. Quer conhecer o Parque do Intelecto? O endereço é Rua Gerson Guerra, 162, Bairro Santo Antônio, em Itabira/MG.

Mobilizando esforços

Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí foi a primeira a decretar restrição do uso da água; para reverter o quadro, comitê investe em programas hidroambientais

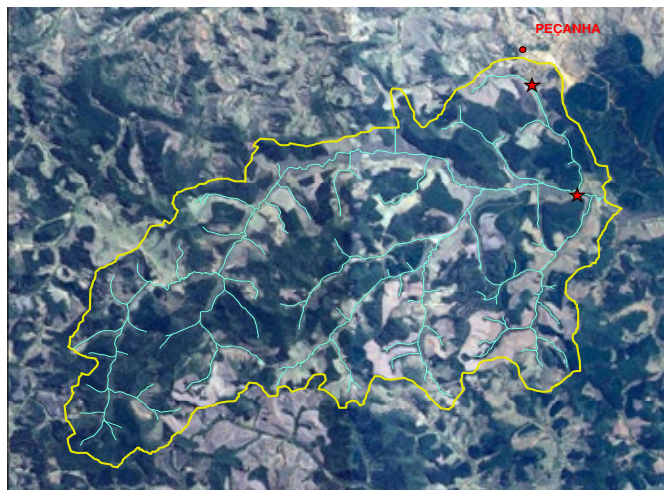
Em outubro de 2015, a Bacia do Rio Suaçuí, que abrange os rios Suaçuí Grande e Pequeno, entrou em estado de restrição do uso da água. Antes disso, porém, a maior preocupação do CBH-Suaçuí já estava relacionada ao abastecimento dos municípios que captam água diretamente nas calhas dos rios Suaçuí Grande e Pequeno, além de seus afluentes.

Para reverter a situação, o CBH-Suaçuí tem se empenhado na busca de soluções de curto, médio e longo prazos, que, de acordo com o atual vice-presidente do comitê, Edson Valgas de Paiva, busca mobilizar os mais diversos segmentos – usuários, poder público e sociedade civil – que se beneficiam da Bacia. “Além das articulações, focamos a implantação das ações previstas nos programas de melhoria da quantidade e da qualidade da água, contempladas no Plano Plurianual de Aplicação (PAP), que utiliza recursos provenientes da cobrança pelo uso da água”, explica Edson.

RECUPERAÇÃO DE NASCENTES

O município de Peçanha/MG será o primeiro da Bacia do Rio Suaçuí a ser contemplado com recursos do Programa de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Nascentes (P52), por ter sido um dos mais afetados pela forte crise hídrica registrada nos últimos anos. “A escolha do município se baseou em estudos de vulnerabilidade que levaram em conta a disponibilidade hídrica, a suscetibilidade à erosão e o comprometimento do abastecimento humano. Por essas razões, Peçanha foi aprovada pela plenária do comitê”, conta Edson.

Outro critério utilizado para a seleção diz respeito à hierarquização definida no PAP. De acordo com Fabiano Henrique Alves, atual diretor técnico



CBH-Suaçuí

do IBIO-AGB Doce – entidade delegatária e equiparada às funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce –, “o município de Peçanha foi o que preencheu o maior número requisitos, obtendo a maior pontuação, por isso foi escolhido para participar do programa nessa etapa”. Ele informa ainda que em breve um novo edital será publicado para possibilitar a participação de outros municípios, conforme descrito no PAP.

CONHEÇA O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE NASCENTES E APPS (P52)

Com foco na melhoria da qualidade e da quantidade de água, o Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) promove um levantamento de áreas críticas e prioritárias da bacia. Em áreas consideradas prioritárias é feita a recomposição ou o adensamento de matas ciliares e de topos de morros, além da caracterização e da recuperação de nascentes e áreas degradadas.

Tratamento de esgoto traz qualidade de vida

Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga investe em saneamento para minimizar impactos da crise hídrica



A Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga também tem enfrentado grandes problemas de abastecimento de água. Com a crise hídrica, alguns municípios se viram obrigados a recorrer a fontes alternativas, a partir do momento em que seus mananciais passaram a não mais suprir as necessidades de suas populações. Uma das soluções de médio e longo prazos é investir em saneamento básico, uma vez que o tratamento do esgoto possibilita economizar água.

Por meio do Programa de Universalização do Saneamento (P41), cidades que não dispõem de recursos podem elaborar seus Planos Municipais de Saneamento Básico. Para o presidente do CBH-Caratinga, Ronevon Huebra da Silva, o ganho é notório para toda a sociedade, já que é possível reduzir gastos com o tratamento de doenças ocasionadas pelo esgoto não tratado e com o pagamento de benefícios a trabalhadores afastados por motivo de saúde.

INVESTIMENTOS

Por essas razões, diversos municípios passaram a investir na construção de Estações de Tratamento

de Esgoto (ETE). Caratinga, a maior cidade da Bacia e que abriga, portanto, a região mais degradada, está finalizando as obras da ETE. De acordo com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), após terem sido investidos mais de R\$ 60 milhões, a ETE deverá ficar pronta em julho deste ano e ficará à margem direita do Rio Caratinga, próximo à BR-116, a cerca de dois quilômetros da área urbana. Ainda segundo a Copasa, a estação irá tratar todo o esgoto doméstico coletado pelo Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) da Bacia do Rio Caratinga. “A sua implantação está diretamente associada à melhoria da qualidade da água”, frisa Ronevon.

CONSELHEIRO PENA

Em convênio com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), a Prefeitura de Conselheiro Pena obteve mais de R\$ 6 milhões em recursos e, em outubro de 2013, entregou à população uma adutora com 14 km de extensão, capaz de aduzir 90 litros por segundo. Valter Ferreira de Andrade, diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do município, explica que desde 2007, quando entrou em operação, a adutora tem trazido segurança, saúde e qualidade de vida à população. “A qualidade da água do Doce é comprometida, já que diariamente o rio absorve toneladas de esgoto e lixo e é alvo de todo tipo de degradação. Por isso, uma obra como essa é tão necessária”, lembra.

BENEFÍCIO IMEDIATO

17 mil habitantes deixarão de jogar resíduos diretamente no Rio Caratinga

Vida que brota do chão

Para melhorar a disponibilidade hídrica da bacia hidrográfica, CBH-Manhuaçu contribui com projetos desenvolvidos por instituições parceiras

O depoimento do agricultor Márcio José, morador da zona rural de Manhuaçu, comprova o êxito da aliança entre o Comitê de Bacia Hidrográfica e o Instituto Terra para a execução do programa Olhos-D'água. A parceria consolida uma série de ações desenvolvidas pelo CBH visando à melhoria da qualidade e ao aumento da quantidade da água do Rio Manhuaçu.

Somente em 2015, foram cadastrados pelo programa 46 produtores rurais. No período, 62 nascentes foram cercadas, e 21 fossas sépticas biodigestoras instaladas. José teve seis nascentes reflorestadas em sua propriedade por meio do Olhos-D'água. O agricultor reforça a importância do programa, sobretudo nesse período, marcado pela estiagem: “Tivemos pouca chuva, passamos sufoco com uma seca severa, agora estamos correndo atrás para não sofrermos novamente. Tenho a esperança de que outras pessoas vejam o exemplo em meu terreno e comecem a preservar as nascentes, porque sem água não somos nada”.

O presidente do CBH-Manhuaçu, Senisi Rocha, destaca os resultados do projeto. “Acreditamos na importância da recuperação das nascentes, principalmente no aspecto pedagógico e sensibilizador. A ação de reflorestar um olho-d'água estimula a conscientização do homem em relação aos recursos hídricos”, afirma. O comitê é a instituição responsável pela mobilização dos produtores rurais. Além disso, articula a entrega dos materiais usados nos cercamentos e financia o deslocamento dos técnicos cadastrados pelo programa para a realização do trabalho de campo.

“A participação do comitê é fundamental para a execução do projeto, em especial no processo de sensibilização e mobilização dos produtores da região”, diz Cíntia Gomes, assistente de extensão ambiental do Instituto Terra.



CBH-Manhuaçu

A implantação do programa Olhos-D'água exige um longo processo de conscientização, que se dá a partir da mobilização de pequenos produtores rurais – uma vez que a maioria das nascentes se encontra em pequenas propriedades, além da elaboração de projeto técnico de uso e ocupação do solo e distribuição de insumos para proteção e recuperação dos mananciais. Após essas etapas, o Instituto Terra também realiza, por um período de três anos, o monitoramento da vazão e da qualidade da água nas nascentes protegidas.

O Rio Manhuaçu abastece uma população estimada de 306 mil pessoas, distribuídas em 32 cidades. A região é, em sua maior parte, fortemente suscetível à erosão, devido a fatores como tipo de solo, relevo acidentado, chuvas fortes e longos períodos de estiagem. Na economia, predomina o setor de serviços, seguido do agropecuário.

Trata-se de uma das quatro bacias do Rio Doce em que a atividade agropecuária é mais expressiva que a industrial.

Quanto vale a água?

Uma das maneiras de despertar a consciência em torno do valor do recurso natural é cobrar pelo uso



CBH-Guandu

A disponibilidade hídrica foi um fator decisivo para o surgimento das primeiras civilizações. Na região que abriga o Rio Doce, a existência do recurso natural possibilitou o surgimento de cidades e o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e da indústria. Anos se passaram, e a água continua sendo um recurso fundamental, além de motivo de uma série de conflitos que podem ser amenizados por meio da aplicação de instrumentos previstos na legislação, como a cobrança.

A cobrança é um instrumento previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei 9.433, promulgada em janeiro de 1997. Seu principal objetivo é incentivar o uso racional e gerar recursos financeiros para investimentos na recuperação e na preservação dos mananciais.

Em meio à crise hídrica registrada em 2015, foi anunciado, em coletiva de imprensa realizada na Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH), em Vitória/ES, o início da cobrança pelo uso da água no Espírito Santo, que está prevista para ser implantada no primeiro semestre de 2016. Segundo o diretor-presidente da AGERH, Paulo Paim, “os comitês

capixabas que compõem a Bacia do Rio Doce já vivenciam a experiência da cobrança, implementada em âmbito federal no ano de 2011. Além disso, no caso específico no CBH-Guandu, há outra vantagem, pois esta região, deferentemente de outras, não teve sua configuração territorial alterada. A manutenção da área facilita o trabalho, já que não há necessidade de rever os processos participativos”, por esse motivo a região foi escolhida para testar a eficácia da iniciativa, em todo o Estado.

A presidente do CBH-Guandu, Ana Paula Bissoli, acredita que o instrumento estimulará o uso mais racional da água na região. “Esperamos que com a cobrança a população se sensibilize e passe a dar maior valor ao recurso”, explica. Ela ainda lembra que com o valor arrecado será possível potencializar os programas e projetos que vêm sendo executados para a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu.

Na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a cobrança foi instituída em 2011. Atualmente, na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, há cerca de 480 usuários cadastrados, que geram uma arrecadação anual de aproximadamente R\$ 27 milhões. Todo o valor obtido é repassado ao IBIO-AGB Doce, que o emprega nas ações previstas no Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH), conforme as diretrizes estabelecidas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP-Doce), ambos referendados pelo CBH-Doce e pelos comitês dos rios afluentes.

A cobrança é uma remuneração pelo uso de um bem público, cujo preço é fixado a partir de um pacto entre os usuários da água, a sociedade civil e o poder público no âmbito dos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs

Corrida para garantir a disponibilidade hídrica

Para combater os efeitos da crise hídrica, CBH-Santa Maria do Doce caminha à frente implementando ações hidroambientais

A crise hídrica não é novidade. Há mais de 25 anos, questões ligadas à disponibilidade hídrica vêm sendo percebidas e questionadas no meio rural. Porém, recentemente, diante do esvaziamento dos reservatórios de água, inclusive na região sudeste, o tema ganhou destaque no cenário nacional.

Diversas são as explicações sobre a crise, sendo que uma das causas é a baixa recarga hídrica aliada ao elevado consumo de água, sobretudo para a irrigação. Em uma região com pouca cobertura vegetal, as chuvas escoam e não infiltram o suficiente no solo - apenas 8% de toda a chuva abastece o lençol freático - para proporcionar o aumento da vazão e abastecer o lençol freático.

César Carvalho, conselheiro do CBH-Santa Maria do Doce, destaca que a solução para a crise hídrica virou uma questão matemática, que pode ser definida pela seguinte equação: aumento do deflúvio (Q) na Bacia: $Q = \text{Precipitação (P)} - \text{Evapotranspiração (ET)}$. “Para o aumento de vazão dos corpos d’água é necessária a redução das perdas, por meio de ações para conter o escoamento superficial. Desta forma, ocorrerá a infiltração de água no solo, aumentando a recarga hídrica”.

Ainda segundo César, práticas já conhecidas devem ser implantadas com urgência na região hidrográfica, dentre as quais se destacam: caixas secas nos carregadores e fundos de valões; cordões em níveis nas áreas de pastagens; represas localizadas em locais estratégicos; isolamento de áreas de cabeceiras para revegetação de áreas degradadas, dentre outras. Estas ações potencializam os resultados imediatos, promovendo o aumento da vazão.



CBH-Santa Maria do Doce

O CBH-Santa Maria do Doce tem dado exemplo, por meio da implementação de ações hidroambientais. Uma das iniciativas previstas para os próximos anos é o Programa de Incremento da Disponibilidade Hídrica (P21), que consiste no financiamento de projetos para o aumento da oferta hídrica, proporcionando alternativas de captação quem garantam os usos múltiplos do recurso.

Já para resultados em longo prazo, um dos caminhos é o reflorestamento. Nesse contexto, o comitê trabalha em articulação com o Instituto Terra para a execução do programa Olhos-D’água que, por meio de parcerias, financia a compra de insumos para cercamento de nascentes e plantio de mudas em propriedades rurais. Outra iniciativa é o programa Reflorestar, do governo estadual do estado do Espírito Santo, cujo objetivo é recuperar e ampliar a cobertura florestal, com geração de oportunidades e renda para o produtor rural, através da adoção de práticas de uso amigável dos solos.

Um ano de avanços

Comitê reúne segmentos comprometidos com a recuperação ambiental da região



Isabela Lobo

“A água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico.” Com essa premissa, foi criada, em 1997, a Lei das Águas (9.433), para assegurar a utilização racional e integrada dos recursos hídricos por indústrias e produtores rurais e para o abastecimento urbano.

Com a promulgação da lei, ficou estabelecido que cada bacia hidrográfica deveria criar o seu próprio comitê para promover de forma descentralizada e participativa a gestão da água. Para fazer cumprir a legislação, em 20 de março de 2015, com a publicação do Decreto 3.793-R pelo governo capixaba, nasceu o Comitê das Bacias Hidrográficas Pontões e Lagoas do Rio Doce, fruto da ampliação territorial do antigo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José. O CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce é constituído, de forma paritária, por 18 membros titulares e suplentes, que representam o Poder Executivo, os usuários e a sociedade civil organizada.

É dever do CBH propor, sugerir e implementar planos, programas e projetos; debater questões relacionadas à utilização da água; intervir em conflitos relacionados ao recurso natural e instituir a

cobrança pelo uso e propor a forma e os valores a serem cobrados, tendo em vista a recuperação ambiental da região.

Em seu primeiro ano de atuação, dentre as principais realizações do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce destaca-se a execução do Programa de Universalização do Saneamento (P41), que financia a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) nas cidades que não o possuem nem dispõem de recursos para implantá-lo, e do Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22), que custeia, com recursos oriundos da cobrança pelo uso do recurso natural, a instalação de um equipamento que indica, de forma simples, quando e quanto irrigar: o irrigômetro. Para o presidente do comitê, Celeste Martins Stoco, “a realização dos programas mostra o poder de articulação da instituição e o seu compromisso na gestão das águas”, salienta.

Ainda segundo Celeste, o colegiado tem atuado de forma perseverante na preservação dos recursos hídricos. “Enfrentamos uma das piores estiagens dos últimos anos, daí a importância de reunir todos os segmentos e buscar um acordo em relação ao uso da água”, afirma.

Fazendo gestão em tempo de crise hídrica

- Em 2015, o CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce foi o responsável por articular diversos acordos de cooperação entre os usuários de água a fim de garantir o abastecimento para todos os setores e evitar conflitos pelo uso do recurso

Novo aliado

Conheça o recém-criado CBH-Barra Seca e Foz do Rio Doce, que, em 2015, soma forças com os demais Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Em 2015, a Bacia Hidrográfica do Rio Doce passou a contar com mais um aliado em favor da preservação de suas águas: o CBH-Barra Seca e Foz do Rio Doce. A criação do comitê resultou de anos de trabalho realizado em parceria com os órgãos gestores dos recursos hídricos nos municípios de Linhares, Sooretama, Jaguaré, Vila Valério, São Gabriel da Palha, Nova Venécia e São Mateus, no Espírito Santo.

APOIO

O Comitê da Bacia Hidrográfica Barra Seca e Foz do Rio Doce foi oficialmente criado no dia 20 de março de 2015, porém somente em setembro do mesmo ano sua primeira diretoria foi eleita. A presidente é Dolores Colle; o vice é Carlos Sangalia; e o secretário executivo do colegiado é Valter Martins dos Santos. Também compõem o CBH 15 membros efetivos e 15 suplentes, que representam três segmentos: usuários (autarquias de abastecimento de água, indústria, irrigação, pesca, turismo e lazer); sociedade civil (instituições de ensino superior e de pesquisa e associações); e poder público (municípios, Estado e União).

A presidente conta que, apesar das dificuldades de locomoção, todos os envolvidos no processo de criação do comitê participaram arduamente. “Durante esse processo, os atores envolvidos nas discussões se deslocavam, na maioria das vezes, com recursos próprios. Após a criação do comitê, o CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce, nosso vizinho, contribuiu com o custeio de alguns eventos e reuniões. Mais recentemente, o CBH-Doce também tem ajudado financeiramente. Apesar das dificuldades, os atores locais não mediram esforços para criar comitê”, ressalta Dolores.

Já em 2016 o Barra Seca contará com recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, mecanismo implantado em outras regiões da Bacia do Rio Doce.



Prefeitura de Linhares/ES

CRISE HÍDRICA

Uma das principais ações do novo comitê de bacia foi o enfrentamento da forte crise hídrica registrada na última década. Em Regência, distrito de Linhares, por exemplo, o Rio Doce já não tinha forças para desaguar no mar, o que dificultava a pesca e a captação de água. Carlos Sangalia conta que, após o fechamento da foz, o mar, com sua força, estava jogando água salgada seis quilômetros rio adentro. “A comunidade estava tentando abrir a Barra Sul da foz com o apoio do CBH-Doce, e a Prefeitura de Linhares se empenhava para captar água subterrânea. Todo esforço, contudo, foi em vão com a chegada da lama após o rompimento da barragem em Mariana/MG”, afirma.

A região do Barra Seca conta com forte cultura de pescadores e ribeirinhos que vivem exclusivamente da atividade. “Os pescadores não sabem quando poderão voltar a pescar. Tivemos impactos no setor do turismo e estamos elaborando projetos para reverter a situação”, observa, com esperança, Sangalia.

Para conhecer a Bacia do Rio Doce

Já pensou em percorrer o Vale do Rio Doce? Listamos dez locais da Bacia que você deve levar em conta em seu próximo roteiro de viagem.



Face Parque Passa Cinco

Piranga

Visite o Parque Natural Municipal Tancredo Neves – Passa Cinco, uma unidade de conservação de proteção integral, localizada no município de Ponte Nova/MG, na Bacia Hidrográfica do Rio Piranga.

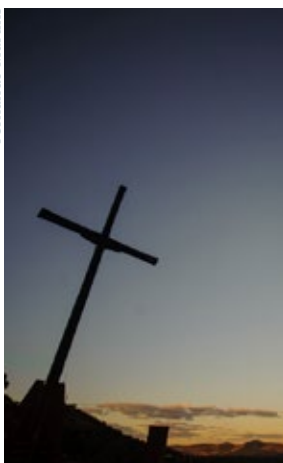
Secom PMI



Piracicaba

Considerada uma das maiores áreas verdes do país situada dentro de um perímetro urbano, o Parque Ipanema é uma das opções de lazer de Ipatinga/MG, na Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba.

Fernando Martins



Santo Antônio
Em Itabira/MG, localizada na Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio, há um lugar onde é possível estar em contato com a natureza e a cultura e observar o movimento na cidade. Você já foi ao Pico do Amor? Não? Então vá!



Arquivo Prefeitura

Suaçuí

Na Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí, conheça o Parque Estadual Serra da Candonga, em Guanhães/MG. O complexo abriga cerca de 20 nascentes que formam os córregos Barra Mansa, Barreira e Conquista.

Marcos Amend



Manhuaçu

Entre as montanhas da fronteira entre Minas Gerais e o Espírito Santo, está o Parque Nacional do Caparaó, um dos ícones da Bacia Hidrográfica do Rio Manhuaçu. Com 31,8 mil hectares, abriga o terceiro ponto mais alto do Brasil, o Pico da Bandeira, com 2.892 metros de altitude.

André



Caratinga

Conheça a Cachoeira do Bom Será, em Caratinga/MG. A região conta com uma reserva de Mata Atlântica que se destaca na Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga.



Fernando Wagner



Guandu

Na Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, o cartão-postal é a rampa do Monjolo. Localizada a 20 km do centro de Baixo Guandu, possui 720 metros de altitude e excelente térmica para a prática de voo livre.

www.canadoturista.com.br



Santa Maria

O Parque Natural Municipal de São Lourenço está situado na Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria do Doce, no município de Santa Teresa/ES. A unidade de conservação abriga uma área de, aproximadamente, 265 hectares de Mata Atlântica de encosta.



Pontões

Linhares/ES, na Bacia Hidrográfica dos Pontões e Lagoas do Rio Doce, é o paraíso das águas e tem como principal atrativo turístico a Lagoa Juparanã.



Prefeitura de Linhares/ES



Barra Seca

Entre a correnteza do mar e a água doce, cercada por coqueiros, na região da Barra Seca e Foz do Rio Doce, encontra-se a praia de Barra Seca, a única de turismo do Espírito Santo.



Prefeitura de Linhares



“Contamos com os comitês”

O Brasil é um país conhecido pela burocracia. Seja para abrir empresas, realizar licitações ou liberar recursos para obras, os procedimentos são sempre morosos quando envolvem a máquina pública. A grave situação enfrentada pelos moradores dos municípios atingidos pela tragédia ocorrida em novembro, em Mariana/MG, é mais uma prova, contudo, da necessidade que os governos têm de oferecer respostas rápidas em situações de emergência.

Nesta entrevista exclusiva concedida à Revista Rio Doce, o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (PMDB), aponta a desburocratização como o caminho mais rápido para atender as comunidades ribeirinhas e acelerar as ações para minimizar os impactos sobre o Rio Doce, especialmente a fauna aquática, e destaca o papel dos Comitês de Bacia Hidrográfica na recuperação do manancial. “Temos que trazê-los para a mesa de articulação e contar com sua participação efetiva nas discussões”, arremata.

“A ideia é ter uma governança desburocratizada, que não emperre o esforço que precisa ser feito, como é comum no Brasil. Que possa trabalhar com agilidade, que contrate com facilidade.”

Paulo Hartung
Governador do Espírito Santo

Que balanço o senhor faz da situação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce?

Antes mesmo do desastre já tínhamos muitos desafios a enfrentar. Por isso, a preocupação dos dois Estados, além do empenho dos comitês, vinha crescendo, dada a profunda degradação sofrida pela Bacia nos últimos 100 anos. O equilíbrio ambiental do nosso rio já era frágil, fruto de uma marcha absolutamente irracional em todos os sentidos – formação de cidades malplanejadas, implantação de empresas de forma desordenada, desenvolvimento agrícola rudimentar. Após o desastre, sobrevoei todo o manancial e observei que não se tratava de uma água barrenta, era uma lama densa, impactante de se ver, pois por onde passava ia matando tudo. Populações ribeirinhas foram afetadas, e o abastecimento de água de cidades foi comprometido. Daí, nossa primeira tarefa foi cuidar do que era emergencial.

O que o ES tem feito para recuperar o Rio Doce?

Montamos um escritório de crise em Colatina para cuidar de toda a região. Estamos monitorando a qualidade da água, recolhendo fauna em tanques, e fizemos um trabalho na foz do rio, que é uma parte muito delicada. Pedi à ministra do Meio Ambiente para trazer a Marinha, que chegou com um equipamento moderno e laboratórios para avaliar os danos, ou seja, trouxemos a ciência para cuidar do emergencial. Também reforçamos a equipe do Ibama para que façamos um levantamento preciso das consequências da tragédia em nosso Estado.

Desde o início, tanto nós quanto o governador de Minas, Fernando Pimentel, e o governo federal concordamos que precisávamos ter um olhar especial para o emergencial, sem descuidar do fato de que devemos ter projetos estruturais que garantam o futuro do rio. Atualmente, duas vertentes estão muito claras. A primeira é que o grave impacto trazido para o entorno de Mariana/MG precisa de um cuidado especial, afinal, vidas humanas foram perdidas e comunidades foram destruídas. A segunda é que temos que cuidar do Doce, tanto os mineiros quanto os capixabas. Antes, porém, precisamos constituir um fundo específico com recursos da empresa para ressarcimento de danos ambientais e sociais. Esse dinheiro não pode ir para os cofres do governo, e a proposta já foi aceita por todas as autoridades envolvidas no debate. Em momento de crise como este, temos que ter uma boa gestão, uma governança eficaz dos recursos. Contamos ainda com os Comitês de Bacia Hidrográfica para nos auxiliarem com planos de

recuperação do rio. A ideia é ter uma governança desburocratizada, que não emperre o esforço que precisa ser feito, como é comum no Brasil. Que possa trabalhar com agilidade, que contrate com facilidade. A Casa Civil está pesquisando e vai apresentar uma proposta sobre isso. Outra medida foi ajuizar uma ação contra a Samarco, embora preferíssemos o caminho do entendimento para chegar a um bom termo. A empresa, inclusive, já deu sinais de que quer conversar.

Alguma experiência poderá servir de modelo?

Não precisamos reinventar a roda. Temos mundo afora experiências bem-sucedidas de recuperação de rios. França, Alemanha, Japão e Coreia são alguns exemplos. É claro que é possível recuperar o Doce e devolvê-lo à população melhor do que estava antes do desastre. Mas temos muito a fazer – reconstituir as matas ciliares e melhorar a cobertura florestal, por exemplo. Nosso objetivo é colocar mais água na calha e água de melhor qualidade. E, para isso, precisamos inovar na gestão.

Qual a importância dos comitês de Bacia para a preservação e, agora, recuperação do Doce?

Os comitês são peças fundamentais da legislação de águas no Brasil. Eles são uma espécie de “parlamento” das nossas bacias, que atuam em favor da vida. Antes da tragédia eles já desempenhavam um papel importante, e o trabalho que resultou na cobrança pelo uso da água – que, inclusive, inspirou o Espírito Santo a também aprovar o mecanismo – é exemplo disso. Temos que trazê-los para a mesa de articulação e contar com sua participação efetiva nas discussões.

Como o governo do ES apoiará os planos municipais de saneamento básico?

Temos implantado redes e estações de tratamento. Mas o atual modelo de gestão precisa ser revisto. Por exemplo: o município de Serra optou por uma Parceria Público-Privada (PPP), licitou e viabilizou o consórcio. Não tem nem um ano que o consórcio está lá e já fez mais ligações hidrográficas que qualquer outra empresa na história da cidade. Temos que deixar de lado o preconceito com o capital privado para montar uma infraestrutura sólida. Precisamos de um arranjo diversificado, contemporâneo. PPPs são formas novas de colocar as coisas andando de forma eficaz. Temos que pensar a Bacia do Doce nesse formato, com ações diversificadas para acabar com os problemas crônicos e reparar a tragédia.



Fortalecendo a gestão das águas

Atentos aos desafios resultantes da tragédia de Mariana, representantes do IBIO-AGB Doce comemoram resultados já alcançados e planejam ações futuras

Garantir uma gestão eficiente dos recursos hídricos, a serviço dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) e orientado pelo Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-Doce). Esse é o papel do IBIO-AGB Doce – entidade delegatária e equiparada às funções de Agência de Água na Bacia do Rio Doce –, que comemora os resultados dos primeiros quatro anos de existência e planeja as ações futuras. “Com foco no sucesso dos programas hierarquizados pelos comitês, a entidade empenha esforços no fortalecimento da estrutura física e organizacional, a fim de potencializar seu desempenho em prol da melhoria da qualidade e da quantidade de água na região”, enfatiza o diretor-geral do IBIO-AGB Doce, Ricardo Valory.

O IBIO-AGB DOCE

Selecionado, por meio de edital público e após criterioso processo de escolha, o Instituto BioAtlântica criou um braço para exercer a função de Agência de Água da Bacia do Rio Doce em 2011, tendo como atribuições o suporte administrativo, técnico e financeiro às ações dos CBHs. Cabem ao IBIO-AGB Doce, entre outras funções, a gestão e a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, aplicados integralmente em projetos socioambientais locais.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Orientado pelo Plano de Aplicação Plurianual da Bacia do Rio Doce (PAP-Doce), que prioriza a implementação de programas, o

IBIO-AGB Doce contribui para o fortalecimento dos CBHs. “Entre as ações executadas, destacam-se a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico de 156 municípios, amenizando os efeitos do lançamento de efluentes no manancial, e o incentivo ao uso racional da água na agricultura, com a instalação de equipamentos em propriedades rurais que indicam quando e quanto irrigar”, pontua Valory. Para os próximos cinco anos, a agência viabilizará ações de recuperação de nascentes e Áreas de Preservação Permanente (APPs), expansão do saneamento rural, incremento da disponibilidade hídrica e controle de atividades geradoras de sedimentos.

PARCERIAS EM PROL DA BACIA

O IBIO-AGB Doce atua, ainda, na busca por parcerias, devido à insuficiência de recursos comparados às necessidades da Bacia. O PIRH-Doce – documento elaborado em 2010, que define as ações a serem priorizadas, tendo como base o estudo das fragilidades e das necessidades dos territórios –, indicou que, na época, seriam necessários mais de R\$ 1 bilhão para a recuperação da porção hidrográfica. “A entidade tem se articulado com os diversos setores da sociedade, apresentando os projetos desenvolvidos e os resultados alcançados, para sensibilizar sobre a importância dos recursos hídricos na qualidade de vida da população na Bacia do Rio Doce e mobilizar forças”, afirma Ricardo Valory.

CONHECE OS CANAIS DE COMUNICAÇÃO DOS CBHS?

ENTRE, ACOMPANHE, INFORME-SE, CURTA, COMPARTILHE!

- **CBH-DOCE**

(33) 3212-4350

www.cbhdoce.org.br



- **CBH-PIRANGA**

www.cbhpiranga.org.br



- **CBH-PIRACICABA**

www.cbhpiracicabamg.org.br



- **CBH-SANTO ANTÔNIO**

www.cbhsantoantonio.org.br



- **CBH-SUAÇUI**

www.cbhsuacui.org.br



- **CBH-CARATINGA**

www.cbhcaratinga.org.br



- **CBH-MANHUAÇU**

www.cbhmanhuacu.org.br



- **CBH-GUANDU**

www.cbhguandu.org.br



- **CBH-SANTA MARIA DO DOCE**

www.cbhsantamariadodoce.org.br



- **CBH-PONTÕES E LAGOAS DO RIO DOCE**

www.cbhpontoeselagoas.org.br



- **CBH-BARRA SECA E FOZ DO RIO DOCE**



OS COMITÊS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE
LUTAM PELA RECUPERAÇÃO DO NOSSO RIO!

A campanha de mobilização O Doce Não Morreu está sendo anunciada desde março de 2016. Conheça o material e ajude a divulgar os trabalhos dos comitês.

Ouçá os spots de rádio, assista ao documentário e leia o boletim e a cartilha no site:

www.cbhdoce.org.br/odocenaomorreu



COMITÊS:

AGÊNCIA DE ÁGUA:

